

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Bruno Vinícius da Silva Alves

**A IMPORTÂNCIA DAS CAMPANHAS DE RONDON PARA A CONSOLIDAÇÃO
DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: A INTEGRAÇÃO DO MATO GROSSO**

**Resende
2023**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DAS CAMPANHAS DE RONDON PARA CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: A INTEGRAÇÃO DO MATO GROSSO

AUTOR: BRUNO VINÍCIUS DA SILVA ALVES

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A AMAN poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou do Diretor de Ensino da AMAN.

Resende, 31 de AGOSTO de 2023


Cad Bruno Vinícius da Silva Alves

Dados internacionais de catalogação na fonte

A474i ALVES, Bruno Vinícius da Silva

A importância das campanhas de Rondon para a consolidação das fronteiras brasileiras: a integração do Mato Grosso / Bruno Vinícius da Silva Alves – Resende; 2023. 43 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Walfredo Bento Ferreira Neto
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Rondon. 2. Linhas telegráficas. 3. Fronteiras. 4. Integração. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Aline Viegas da Costa CRB-7/7409

Bruno Vinícius da Silva Alves

**A IMPORTÂNCIA DAS CAMPANHAS DE RONDON PARA A CONSOLIDAÇÃO
DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: A INTEGRAÇÃO DO MATO GROSSO**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Militares, da Academia
Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ),
como requisito parcial para obtenção do título
de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 11 de AGOSTO de 2023:

Banca examinadora.



Walfredo Bento Ferreira Neto, Tenente-Coronel
(Presidente/Orientador)



Douglas Silva da Motta, Tenente-Coronel

No Imp: 

Rodrigo Félix Owerney, Tenente-Coronel



Resende
2023

Bruno Vinícius da Silva Alves

**A IMPORTÂNCIA DAS CAMPANHAS DE RONDON PARA A CONSOLIDAÇÃO
DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: A INTEGRAÇÃO DO MATO GROSSO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: TC QCO Walfredo Bento Ferreira Neto

Resende
2023

|

Dedico este trabalho a Deus, que tornou transponíveis todos os obstáculos, a minha noiva, que foi minha base e companheira durante todo o período acadêmico e a meus familiares que sempre me apoiaram e acreditaram na minha capacidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir vencer todos os obstáculos no caminho para se tornar um Oficial de Comunicações do Exército Brasileiro.

Agradeço ao meu pai Hélio, minha mãe Rita e minha irmã Sofia por sempre estarem comigo, me apoiando e incentivando a dar o meu melhor e à minha noiva Caroline, que esteve comigo ao longo de toda essa jornada, me ajudando sempre a superar os desafios acadêmicos.

Agradeço, por fim, aos instrutores e monitores, em especial meu orientador, Major Walfredo, por me apresentarem as ferramentas necessárias para me formar nesta Academia.

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DAS CAMPANHAS DE RONDON PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: A INTEGRAÇÃO DO MATO GROSSO

AUTOR: Bruno Vinícius da Silva Alves

ORIENTADOR: TC Walfredo Bento Ferreira Neto

A preservação das fronteiras brasileiras desde o período colonial é um grande diferencial para as demais ex-colônias da América Latina. Enquanto os demais países formados na região não mantiveram suas fronteiras intactas, subdividindo-se ou perdendo território em tratados e guerras, o Brasil foi o oposto: nunca se dividiu ou perdeu terras, apenas aumentou. Na maioria dos casos em que o país ganhou territórios foi utilizando por base o princípio de *Uti Possidetis*, segundo o qual quem ocupa a terra é o dono dela. Entretanto, a partir da Guerra do Paraguai, quando Solano López mostrou a insalubre ocupação e defesa do Estado de Mato Grosso por parte dos brasileiros, invadindo essa região rapidamente, com quase nenhuma resistência, o Governo Brasileiro passou a promover mais políticas de integração do extremo oeste do país. Começando ainda no Império, mas tomando grandes proporções na Primeira República, essas políticas focaram em telegrafia e estradas, já que o acesso à fronteira oeste, a partir do Rio de Janeiro, era feito descendo o Atlântico e depois subindo a bacia do Prata. O primeiro enfoque dessas políticas foi as linhas telegráficas, buscando melhorar as comunicações entre as guarnições do Mato Grosso com o governo na capital, e, quem mais obteve sucessos participando de comissões de linhas telegráficas foi o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Desbravando o Sertão Mato-grossense, Rondon realizou feitos que muitos consideravam impossíveis, dadas as dificuldades apresentadas pela geografia local e escassez de recursos, e levou a presença estatal até as fronteiras com o Paraguai e Bolívia. Com essa pesquisa, foi possível concluir que, considerando que o princípio de *Uti Possidetis* também poderia ser usado contra o Brasil pelos seus vizinhos, a obra de Rondon com as linhas telegráficas, suprimindo o vazio de poder estatal no Mato Grosso e levando desenvolvimento para incentivar a ocupação civil da região, influenciou diretamente na preservação das fronteiras brasileiras ao consolidar a área em questão como brasileira.

Palavras-chave: Rondon. Linhas telegráficas. Fronteiras. Integração.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF RONDON'S CAMPAIGNS TO THE CONSOLIDATION OF BRAZILIAN FRONTIERS: THE INTEGRATION OF MATO GROSSO

AUTHOR: Bruno Vinícius da Silva Alves
ADVISOR: TC Walfredo Bento Ferreira Neto

The preservation of Brazilian borders since the colonial period is a major differential from the other former colonies in Latin America. While other countries formed in the region did not maintain their borders intact, subdividing or losing territory in treaties and wars, Brazil was the opposite: never dividing or losing land, only increasing it. In most cases where the country gained territories, it was based on the principle of *Uti Possidetis*, according to which whoever occupies the land owns it. However, starting from the Paraguayan War, when Solano López showed the unhealthy occupation and defense of the state of Mato Grosso by the Brazilians, invading this region quickly, with almost no resistance, the Brazilian government began to promote more policies of integration of the far west of the country. Starting still in the Empire, but taking on great proportions in the First Republic, these policies focused on telegraphy and roads, since access to the western border from Rio de Janeiro was done by going down the Atlantic and then going up the Prata basin. The first focus of these policies was the telegraph lines, seeking to improve communications between the garrisons of Mato Grosso with the government in the capital, and the one who achieved the most success participating in telegraph line commissions was Marshal Cândido Mariano da Silva Rondon. Blazing trails in the Mato Grosso backcountry, Rondon achieved feats that many considered impossible, given the difficulties presented by the local geography and scarcity of resources, and brought state presence to the borders with Paraguay and Bolivia. With this research, it was possible to conclude that, considering that the principle of *Uti Possidetis* could also be used against Brazil by its neighbors, Rondon's work with telegraph lines, suppressing the void of state power in Mato Grosso and bringing development to encourage civil occupation of the region, directly influenced the preservation of Brazilian borders by consolidating the area in question as Brazilian.

Keywords: Rondon. Telegraph lines. Frontier. Integration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alterações das fronteiras do Brasil.....	13
Figura 2 – Plano Ramos de Queiroz.....	16
Figura 3 – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914.....	16
Figura 4 – O <i>Heartland</i> segundo Mackinder.....	17
Figura 5 – O <i>Heartland</i> Sul-americano.....	18
Figura 6 – Árvore genealógica de Rondon.....	20
Figura 7 – Mapa das Linhas Telegráficas do Brasil Império.....	25
Figura 8 – Esquema das Linhas Telegráficas de Goiás.....	26
Figura 9 – Estação Telegráfica de Coronel Ponce nos dias atuais.....	28
Figura 10 – Mapa do Estado de Mato Grosso de 1923.....	30
Figura 11 – Esquema das Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso.....	34
Figura 12 – Projeto piloto do SISFRON.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS.....	11
1.1.1	Objetivo geral	11
1.1.2	Objetivos específicos	11
2	REFERENCIAL METODOLÓGICO	12
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	12
2.2	MÉTODOS.....	12
3	A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA REFERENTE ÀS FRONTEIRAS	13
3.1	HISTÓRICO DAS FRONTEIRAS.....	13
3.2	A APLICAÇÃO DA TEORIA DE <i>BORDER</i> NA INTEGRAÇÃO DO MATO GROSSO.....	14
3.3	O VALOR DAS TERRAS DO ESTADO MATO GROSSO PELA TEORIA DO <i>HEARTLAND</i> SUL-AMERICANO.....	17
4	BIOGRAFIA DO MARECHAL RONDON	20
4.1	INFÂNCIA NO MATO GROSSO.....	20
4.2	FORMAÇÃO MILITAR NO RIO DE JANEIRO.....	22
5	RONDON E AS LINHAS TELEGRÁFICAS NO BRASIL: O USO DA TELEGRAFIA COMO FERRAMENTA DE SOBERANIA	24
5.1	LINHAS TELEGRÁFICAS NO BRASIL IMPÉRIO.....	24
5.2	COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS DE CUIABÁ AO ARAGUAIA: A PRIMEIRA PARTICIPAÇÃO DE RONDON COMO OFICIAL DO EXÉRCITO.....	26
5.2.2	A Construção da Linha Telegráfica	26
5.2.3	A Manutenção e Renovação da Linha Telegráfica	30
5.3	COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO: RONDON EM SEU PRIMEIRO COMANDO À FRENTE DAS LINHAS TELEGRÁFICAS.....	31
5.4	RONDON HOJE: O SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON).	35
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
8	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade é bastante perceptível a importância dada pelo Governo Federal para a integração das regiões mais ermas do território nacional. De Norte a Sul, da Amazônia aos Pampas, passando pelo Pantanal Mato-grossense, as políticas relacionadas à presença estatal nessas áreas geralmente envolvem as Forças Armadas, principalmente o Exército Brasileiro (EB), como é o caso dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), nos quais os militares atuam com poder de polícia, de acordo com a Lei Complementar N° 97, de 9 de junho de 1999 (BRASIL, 1999), modificada pela lei complementar N° 117, de 02 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004), e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que é um meio de sensoriamento para monitorar a situação dos recursos naturais e atividades criminosas ao longo de toda a fronteira brasileira.

Entretanto, a necessidade da ocupação e da integração das fronteiras brasileiras com os centros urbanos não são uma temática nova, mas sim uma problemática desde o período colonial, devido, substancialmente, às dimensões continentais do Brasil e que aumenta em tempos de instabilidade política, como a Proclamação da República.

Nessa fase marcante e de suma importância para a história do país, alguns dos feitos mais relevantes para a exploração do Sertão Mato-grossense repetem o nome do mesmo indivíduo: Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon.

Dessarte, é pertinente questionar qual foi a relação dos projetos de integração do extremo Oeste brasileiro nos quais participou Rondon e a manutenção das fronteiras nacionais na jovem República.

Ademais, é imperativo para viabilizar esse questionamento, levar em consideração a situação política do período e o relativo isolacionismo no qual essa área se encontrava no final do século XIX e início do século XX, além de compreender as teorias que relacionam as regiões fronteiriças com a soberania de uma nação.

Esta pesquisa busca trazer o entendimento da relevância da integração de todos os confins do país e de que Cândido Mariano da Silva Rondon, além de indigenista e sertanista mais famoso da história do Brasil, foi também um dos responsáveis pela preservação do território nacional como conhecemos hoje: o quinto maior do mundo e indivisível desde o período colonial.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar a relação das campanhas de Cândido Mariano da Silva Rondon no Mato Grosso com a preservação das fronteiras nacionais.

1.1.2 Objetivos Específicos

Compreender o processo de formação das fronteiras brasileiras até o período da República e a situação geopolítica na qual se encontrava o país naquela época.

Compreender as teorias geopolíticas que podem ser utilizadas para analisar problemas de fronteira.

Conhecer quem foi Cândido Mariano da Silva Rondon e quais foram suas campanhas na área em questão, analisando-as sob a perspectiva das teorias geopolíticas abordadas.

Relacionar as linhas telegráficas de Rondon com a presença estatal nas fronteiras brasileiras.

2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

2.1 TIPO DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa descritiva e explicativa, analisando os fatores considerados por meio de uma abordagem bibliográfica e documental, fazendo um breve compilado de teorias de fronteira e trazendo dados e fatos sobre as campanhas de Rondon no Mato Grosso, além das motivações que levaram o Governo da República a ordenar essas missões na região Oeste do Brasil, ao final, é feita uma correlação entre os temas supracitados.

Para tanto, foram retiradas informações de livros e trabalhos acadêmicos anteriores sobre geopolítica, história e exploração das fronteiras brasileiras, além de biografias sobre Rondon.

2.2 MÉTODOS

Para apresentar a figura pública de Cândido Mariano da Silva Rondon foi feita uma pesquisa sobre sua vida até ter se formado como oficial do Exército Brasileiro e, em seguida, utilizando-se de artigos e livros sobre o tema, foram levantados dados sobre as duas Comissões de Linhas Telegráficas nas quais Rondon participou e que foram inteiramente no antigo Estado do Mato Grosso.

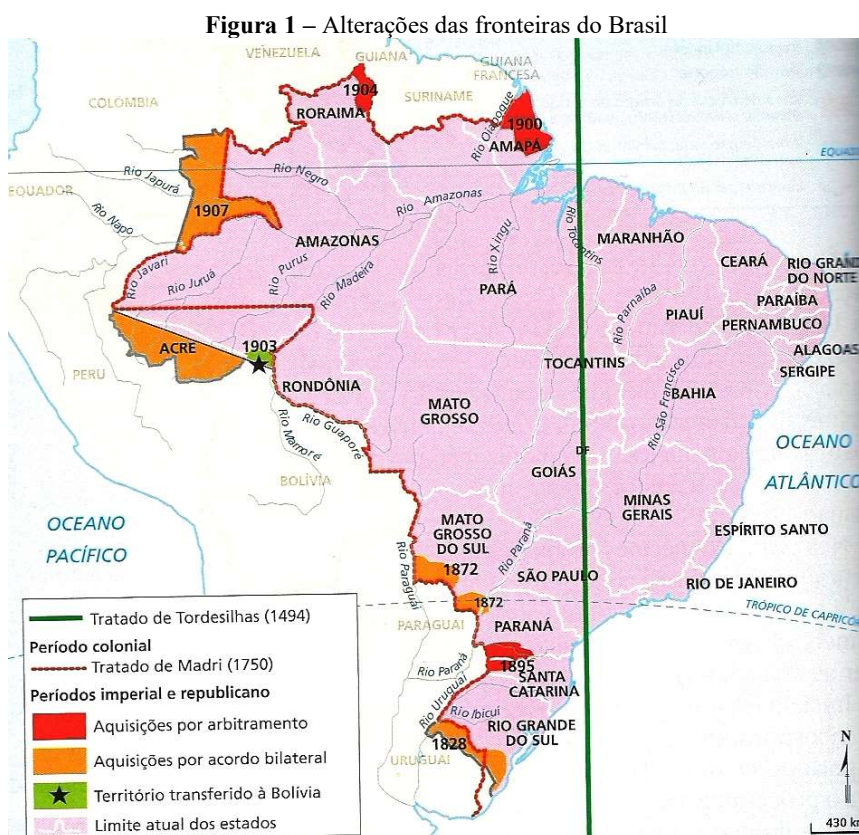
Para compreender a importância do controle e monitoramento de fronteiras para o Brasil foram pesquisados o histórico da formação de fronteira do país, com enfoque no princípio de *Uti Possidetis* e duas teorias geopolíticas que explicam as políticas tomadas pelo Governo na região do antigo Estado do Mato Grosso.

Com o objetivo de mostrar como a presença estatal nas regiões de fronteira é uma temática constante nas políticas do Governo Federal, foi pesquisado sobre a atual ferramenta das Forças Armadas para o controle e monitoramento das fronteiras: o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que, apesar de novo sistema e nova tecnologia, evidencia a continuação de ideias pretéritas contidas e executadas pelo Marechal Rondon, representando o país.

3 A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA REFERENTE ÀS FRONTEIRAS

3.1 HISTÓRICO DAS FRONTEIRAS

Antes de iniciar a análise das campanhas de Rondon no antigo Estado do Mato Grosso¹ é preciso compreender a dinâmica do território brasileiro, como ele foi formado e como, após a independência, foi utilizado o mesmo princípio para a delimitação das fronteiras brasileiras.



Fonte: TERRA; ARAUJO; GUIMARÃES, 2009, p. 88.

A formação das fronteiras do Brasil é um tema que remonta aos tempos coloniais, quando Portugal estabeleceu seu primeiro assentamento na costa atlântica. Com o passar do tempo, o território brasileiro foi se expandindo para o interior, por meio da exploração de recursos naturais e da conquista de novas terras. Essa expansão gerou conflitos com outros países e povos que já habitavam essas regiões, resultando em disputas territoriais.

¹ No começo do século XX, o Estado do Mato Grosso era composto pelos territórios que hoje pertencem ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

O princípio do *Uti Possidetis*, que se traduz em "como possuis, possuirás", foi uma das bases para a definição das fronteiras do Brasil. Esse princípio estabelece que, na ausência de um acordo específico entre as partes, os limites entre dois territórios devem seguir as fronteiras que existiam no momento da independência política. Ou seja, a nação que conquista a independência mantém as fronteiras que possuía durante a época colonial.

No caso do Brasil, o princípio do *Uti Possidetis* foi aplicado de forma ampla durante a independência em 1822. As fronteiras do país foram baseadas nas antigas capitanias coloniais, que dividiam o território em áreas administrativas. Esse modelo gerou algumas controvérsias, principalmente com relação às fronteiras com países vizinhos.

O admirável princípio do *uti possidetis*, que os romanos criaram com tanta sabedoria nas relações do direito privado, veio por fim, por uma fatalidade inevitável, a ter aplicação na esfera do direito público, como um critério justo e razoável, muitas vezes o único, para dirimir as questões de limites entre as diversas nações, e entre os próprios Estados, ou Províncias, sujeitos ao mesmo governo. (BARRADAS, 1902, p.49)

Ao longo do século XIX, o Brasil passou por diversas transformações territoriais, com a anexação de novas regiões. A Guerra do Paraguai (1864-1870), por exemplo, resultou na aquisição de parte do território do Mato Grosso do Sul. Já a aquisição do Acre ocorreu em 1903, após a assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia.

Durante a Primeira República (1889-1930), o Brasil teve que lidar com diversas questões territoriais. Em 1904, o país assinou o Tratado de Limites com a Argentina, que definiu a fronteira entre os dois países na região sul do Brasil. Em 1908, foi assinado o Tratado de Limites com a França, que estabeleceu as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Em suma, o princípio do *Uti Possidetis* desempenhou um papel importante na definição das fronteiras do Brasil, especialmente durante a independência do país. Ao longo dos anos, o território brasileiro passou por diversas transformações, resultado de conflitos e negociações com países vizinhos. Atualmente, o país possui uma extensa fronteira terrestre e marítima, que continua a ser tema de debates e negociações diplomáticas.

3.2 A APLICAÇÃO DA TEORIA DE *BORDER* NA INTEGRAÇÃO DO MATO GROSSO

Em seu artigo “Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a *border* e a *frontier*” (2019), o Coronel Oscar Medeiros Filho aborda as fronteiras nacionais de

duas formas, como limite demarcado entre dois Estados e como faixa de transição, o primeiro sendo ameaçado por questões geopolíticas e o segundo por questões securitárias. A região do extremo oeste brasileiro, até o Império, era muito superficialmente explorada e ainda menos ocupada, sendo presa atrativa para os países vizinhos, enquadrando-se em um problema geopolítico.

Durante o Império, o Governo buscou trocar a ideia portuguesa de construção de fortes, como o de Coimbra, pela formação de colônias militares, como Dourados. Segundo Meira Mattos (2011b, p. 108) “o Império, em 1840, ao criar as colônias militares, pretendeu estendê-las como processo de fixação de população em determinados pontos da fronteira terrestre desabitada; o forte já não era tão necessário, mas o quartel o substituiria, oferecendo um ponto de apoio social à população adjacente”. Essa política trata-se de uma aplicação da ideia do *Uti Possidetis* para repelir o “avanço indesejável dos nossos vizinhos sobre o território brasileiro” (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 68).

Embora a ideia por trás dessa política atendesse ao problema de *border* que existia à época, sua execução deixou a desejar. Apenas a construção de pequenas vilas isoladas ao longo da fronteira não garantia a segurança dela, era necessária “uma colonização eficaz, na qual os colonos povoariam, produziram e defenderiam os limites nacionais.” (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 68), fato comprovado na Guerra do Paraguai, em que as guarnições de Corumbá e do Forte de Coimbra rapidamente recuaram frente as tropas de Solano López.

Após a Proclamação da República, em 1889, “pouco tínhamos feito para retirar o peso da influência viária platina de sobre as regiões tributárias dos Rios Paraná e Paraguai, para contrariar o efeito do centripetismo de Buenos Aires sobre essa área de nosso território” (MATTOS, 2011, p. 133). Avisos e sugestões sobre esse tema não faltaram, desde o final do Império, um grande defensor da expansão dos meios de comunicação no Brasil foi o engenheiro Ramos de Queiroz, que, em discurso ao Congresso Nacional, disse o seguinte:

Se o governo não descurasse os exemplos, os conselhos da história; se pensasse que a grandeza deste país está, antes de tudo, na integridade de seu território; se, olhando para o futuro, soubesse que a má direção das vias de comunicação é a causa de grandes perturbações na vida econômica e social dos estados, com certeza a política dos nossos governos seria muito outra da seguida até hoje, em relação a assunto tão complexo, tão cheio de complicações e escolhos. (QUEIROZ, 1874 apud MATTOS, 2011, p. 132)

Em 1903, o engenheiro Emílio Schnoor fez uma remodelagem de um plano de estradas ferroviárias criado por Queiroz em 1874. Assim foi criada a Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que, em 10 anos, construiu 1.269km de ferrovias, ligando Bauru a Porto Esperança. “Com a chegada dos trilhos a Porto Esperança, na barranca do rio Paraguai, estava

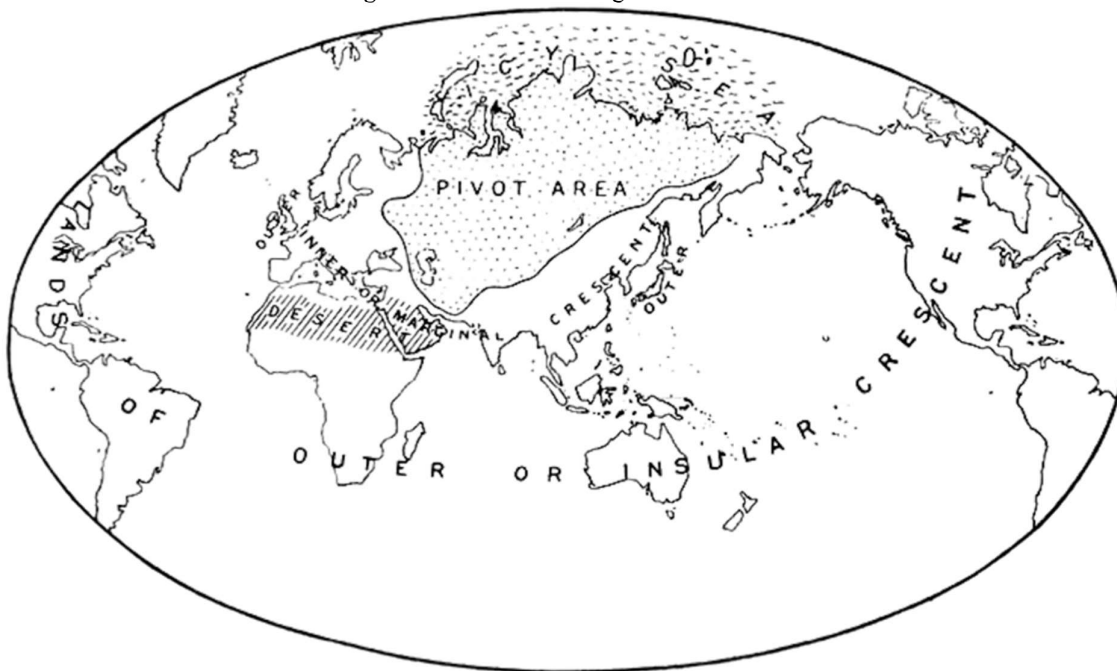
3.3 O VALOR DAS TERRAS DO ESTADO MATO GROSSO PELA TEORIA DO *HEARTLAND* SUL-AMERICANO

A ideia de *Heartland* foi criada por Halford J. Mackinder, em 1904, em resposta ao crescimento de potências do Leste Europeu.

A noção Heartland que pode ser entendida como área-pivô, região-eixo, terra central ou coração continental – é o conceito-chave que constitui a pedra de toque da teoria do poder terrestre [...]. Tal conceito foi cunhado por Mackinder para designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia geopoliticamente com as fronteiras russas do início do século. (MELLO, 1999, p. 45)

A preocupação de Mackinder quando criou essa teoria era o surgimento de ameaças à supremacia inglesa na política europeia e mundial da época, segundo ele “Quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*²; quem domina a *World Island* controla o mundo”.

Figura 4 – O *Heartland* segundo Mackinder



Fonte: MACKINDER, 1904

Mario Travassos, utilizando como suporte a teoria de Mackinder e o respectivo conceito, analisa o território boliviano sob a mesma perspectiva. Segundo ele, essa região é o encontro das divisões da América do Sul, tanto Leste – Oeste, pela Cordilheira do Andes,

² Conceito de Mackinder que considera a Europa, Ásia e África como sendo um super continente.

quanto Norte – Sul pela separação das bacias do Prata e Amazônica (TRAVASSOS, 1947 apud RODRIGUES, 2014, p. 42).

De acordo com essa visão, é no território boliviano que se unem as “vertentes” do Oceano Pacífico e do Oceano Atlântico e que se tocam as duas principais bacias hidrográficas da região. A Bolívia seria, portanto, o único país da América do Sul a ocupar simultaneamente ou exercer projeção sobre todos esses quatro espaços. (RODRIGUES, 2014, p. 42)

Quem primeiro descreveu a Bolívia como sendo o “*Heartland* Sul-americano” foi Lewis Tambs (SEVERO, 2005, p.5-6 apud RODRIGUES, 2014, p. 43). Ele conciliou a teoria de Mackinder com as análises de Travassos sobre o território boliviano.

A história mostrou a importância dessa região durante os impérios pré-colombianos Aymara e Inca e mais tarde durante a colonização espanhola, quando o altiplano e Charcas eram centros de poder. O Alto Peru permaneceu o centro nervoso do poder espanhol na América do Sul até o final do Império espanhol... O Rimland sul-americano cercou Charcas. Sob a falta de liderança boliviana, o Heartland não teria mais força para agir e foi coagido. Vista como a luta pelo Heartland de Charcas, a história sul-americana dos séculos XIX e XX se torna inteligível (Severo, 2012, p.6 apud RODRIGUES, 2014, p. 43).

Nessa adaptação da teoria de Mackinder, “quem controla Santa Cruz comanda Charcas. Quem controla Charcas comanda o *Heartland*. Quem controla o *Heartland* comanda a América do Sul” (SEVERO, 2012, p. 66 apud RODRIGUES, 2014, p. 43).



Fonte: RODRIGUES, 2014, p.43

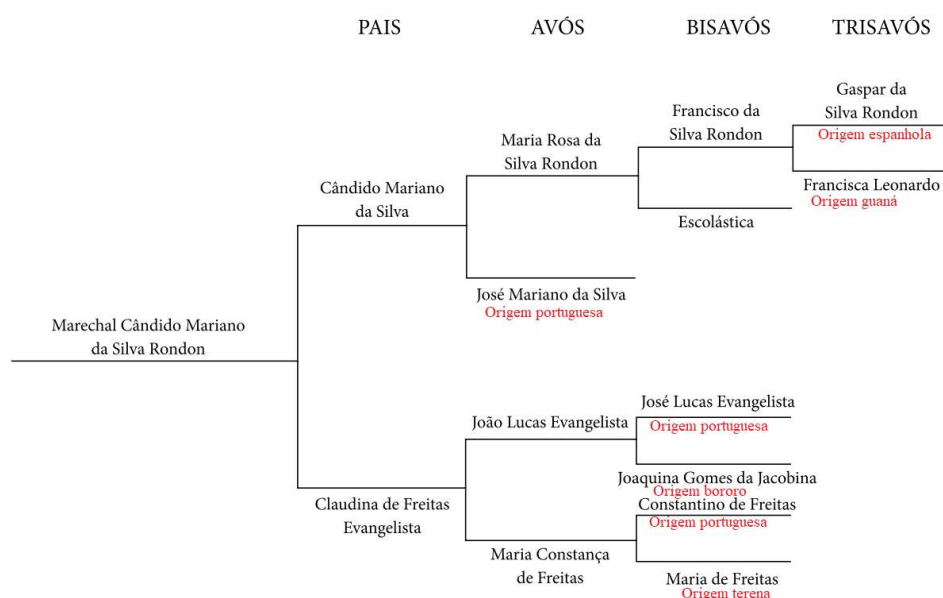
Embora essa teoria seja posterior às Comissões de Linhas Telegráficas, ela ajuda a entender o valor das terras percorridas por Rondon a mando do governo durante a Primeira República. Todo o antigo território do Estado do Mato Grosso se encontra nesse *heartland*.

4 BIOGRAFIA DO MARECHAL RONDON

4.1 INFÂNCIA

De origem miscigenada, assim como o próprio Brasil, Rondon descende de portugueses, espanhóis e de três tribos indígenas, sendo elas os Guanás, os Bororos e os Terenas. Seus bisavôs se estabeleceram na Sesmaria³ de Morro Redondo, a qual viriam nomear Mimoso, atualmente distrito do município de Santo Antônio de Leverger, e dividir entre os seus nove filhos e filhas.

Figura 6 – Árvore genealógica de Rondon



Fonte: adaptado a partir de VIVEIROS (2010).

Nascido em 5 de maio de 1865, Rondon não chegou a conhecer seu pai, também chamado Cândido Mariano da Silva, que morreu de varíola em fins de dezembro de 1864, logo após o início da Guerra do Paraguai. Perdendo também a mãe, Claudina Lucas Evangelista, dois anos e meio depois, o jovem Cândido torna-se órfão. Seu pai, entretanto, antes de morrer, enviara uma carta ao seu irmão Manoel Rodrigues da Silva, residente de Cuiabá, pedindo-lhe que acolhesse seu filho.

Manoel Rodrigues, sinto-me muito doente. Penso no primeiro filho que vou ter. Posso morrer antes que ele nasça. Meu irmão, se isso acontecer, e se o filho esperado for um menino, não o deixe no Mimoso. Mande-o buscar, a fim de salvá-lo da triste

³ Terreno abandonado ou inculcto que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores;

ignorância em que jazem os filhos dos mimoseanos. Aqui, em Mimoso, será ele um vaqueiro ignorante; na cidade, poderá se preparar para servir melhor nossa Terra. (DA SILVA, 1864 apud VIVEIROS, 2010, p. 27)

E foi assim que, ao completar seu sétimo ano de idade, o jovem Cândido Mariano da Silva deixou sua terra natal, e a tutela de seu avô, e partiu para a cidade. Vale registrar que, embora tenha passado apenas a primeira parte de sua infância em Mimoso, Rondon nutriu um forte sentimento de pertencimento por essa terra até sua morte, mantendo correspondência com seus parentes mesmo após estar quase completamente cego e ter perdido sua “eterna esposa” e suas filhas, deixando essa descrição sobre lá:

Incomparável Jardim da Natureza, emoldurado de verdes morrarias, adornado de altaneiros buritizais e densas cordilheiras de cambarazais; circundado de volumosas baías que escoam para o Rio Ibitiraí (Cuiabá), o pantanal do Mimoso, bucólica localidade onde nasci, é o rincão pastoril mais belo da terra de Antônio João do Brasil inteiro, quiçá do mundo! (RONDON, 1956 apud VIVEIROS, 2010, p. 22)

Ao chegar em Cuiabá, no ano de 1873, Cândido Mariano foi logo posto em uma escola particular, sendo transferido no ano seguinte para uma pública, devido à situação financeira de seu tio. Durante seu curso primário já demonstrava as características de um líder, tornando-se o chefe do seu grupo de amigos na escola e respeitado inclusive pelos seus professores, um dos quais viria a se tornar um de seus grandes amigos no futuro, ajudando Rondon durante a Comissão de Linhas Telegráficas com suprimentos.

Após completar o seu Curso Primário, Cândido Mariano matriculou-se, em 1879, na Escola Normal, renomeada Liceu Cuiabano no ano seguinte, completando, com distinção, o Curso Normal⁴ em 1881, não estando ainda, entretanto, satisfeito com seu nível educacional.

Por esse motivo, ao final de seu Curso Normal, Cândido Mariano apresentou ao seu tio sua vontade de se mudar para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, para continuar seus estudos, embora tenha sido contrário no início, antecipando dificuldades financeiras, logo foi convencido por seu sobrinho.

Em conversa com seu amigo, Dr. Malhado, médico e professor de pedagogia da Escola Normal, Manoel Rodrigues decidiu adotar Cândido Mariano, pois, sendo capitão da Guarda Nacional, um filho seu poderia iniciar a carreira militar já como cadete, sem ser necessário assentar praça antes. Além disso, Dr. Malhado também entregar-lhe-ia uma carta de recomendação.

Para surpresa de seu tio, Cândido Mariano recusou ambas as propostas, primeiramente em respeito ao seu pai, dizendo o seguinte: “Pai só posso ter um; é o senhor meu tio, um tio que

⁴ Curso semelhante ao atual ensino médio, que habilitava o discente a ser professor primário.

muito prezo e a quem muito estimo. Nunca poderá, entretanto, ser meu pai!”. O outro motivo de suas recusas foi que insistia em alcançar seus objetivos sem ajuda de outros, argumentando que se fosse incapaz de se encaminhar sozinho, voltaria e se tornaria vaqueiro.

4.2 FORMAÇÃO MILITAR

Cândido Mariano assentou praça como soldado do 3º Regimento de Artilharia a Cavalo, em Cuiabá, a 26 de novembro de 1881, apenas para ser transferido para o 2º Regimento de Artilharia a Cavalo, no Rio de Janeiro, a 2 de dezembro do mesmo ano. Devido ao reconhecimento de suas capacidades, logo estava na função de amanuense⁵ no quartel-general, recebendo um solde que lhe permitia viver sem apuros.

Devidamente estabelecido na capital, Cândido foi atrás de sua matrícula na Escola Militar da Praia Vermelha, o que não conseguiu em 1882, pois seus exames do Liceu Cuiabano não eram reconhecidos ali para solucionar esse problema realizou os exames prestados no Externato Pedro II, passando com louvor. Durante esse período, eram feitos empenhos para que todas as praças aprovadas no exame de admissão que tivessem requisitado matrícula na Escola Militar fossem admitidas como adidas à Escola, portanto, em 1883, 200 alunos foram matriculados, dentre eles Cândido Mariano.

Iniciando em 1883 o curso preparatório, com duração de três anos, Cândido apenas começaria o superior em 1886 para contornar isso, e confiando em seus estudos feitos no Liceu Cuiabano, ao final no ano requereu realizar também os exames do 2º e 3º anos, passando com mérito em todas as provas, para surpresa de todos, pois nunca havia sido feita tamanha façanha na Escola Militar.

Durante seu período na Escola Militar da Praia Vermelha dedicou-se sempre, buscando ser o melhor da turma, mantendo uma rotina de estudo exaustiva que, aliado a uma alimentação desregulada, levou-o à beira da morte no ano de 1885, no entanto conseguiu recompor-se para a surpresa de seu médico e amigos, os quais já estavam levantando dinheiro para seu enterro. Por causa dessa doença também, veio a repetir o segundo ano da formação, por ter ficado tempo demais acamado.

Em 1887, alcançando o terceiro ano da formação, Cândido Mariano fazia jus ao primeiro lugar da turma, com nota “distinção grau 10”, junto com outro aluno, Aníbal Cardoso. Para resolver a classificação foi-lhes dada uma questão de aritmética para resolver, enquanto Aníbal

⁵Funcionário de repartição pública que geralmente fazia cópias, registros e cuidava da correspondência.

resolveu de forma objetiva, Cândido utilizou de diferenciais e integrais, buscando demonstrar mais conhecimento. Para sua consternação e desgosto, o 1º lugar foi dado àquele que resolveu de forma mais simples a questão.

Revoltado com a situação, Cândido Mariano se rebelou e passou a conflitar com seus superiores, entregando provas em branco e respondendo-os de forma rude. Motivos mais que suficientes para ser ao menos preso na época, foi decisão do comando da Escola perdoá-lhe sua imprudência devido à sua excelente classificação (2º lugar) e seu histórico disciplinar.

A 4 de julho de 1888, Cândido Mariano foi promovido a alferes aluno, honraria concedida aos alunos que não tivessem nota inferior a “plenamente” nos 1º e 2º anos da formação, passando a receber um soldo de 50\$000 por mês, uma fortuna à época, ainda mais para alguém já acostumado a uma vida mais austera (quando se mudou para a capital do país, seu soldo era 3\$160). Ainda em 1888, foi criada na Praia Vermelha a Escola Superior de Guerra, ali Cândido terminou seus estudos de matemática e alemão, completando o curso a 8 de janeiro de 1890, recebendo o título de engenheiro militar e o diploma de “Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais” e sendo promovido a 2º Tenente de Artilharia (ainda não havia sido criada a Arma de Engenharia), sendo novamente promovido, três dias depois, a “primeiro-tenente de Estado Maior de 1ª classe, por serviços relevantes”. Por determinação do Governo, todos os militares que participaram no “15 de Novembro” foram promovidos ao posto imediato.

Antes mesmo de se formar na Escola Superior de Guerra, Rondon já havia sido escalado para compor a turma de oficiais da Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia. Comissão era cujo trabalho começara ainda durante o Império, mas fora interrompida pela Proclamação da República.

5 RONDON E AS LINHAS TELEGRÁFICAS NO BRASIL: O USO DA TELEGRAFIA COMO FERRAMENTA DE SOBERANIA

5.1 LINHAS TELEGRÁFICAS NO BRASIL IMPÉRIO

Muito antes das campanhas de Rondon para o extremo ocidente do Brasil, a telegráfica já era reconhecida como uma útil ferramenta de manutenção da soberania nacional. Ela veio importada da Europa e começou a ser explorada ainda durante o Império, embora com um começo lento, logo foi tomando maiores proporções.

O telégrafo chegou ao Brasil na década de 1850, no contexto da Abolição da Escravatura. A Lei Eusébio de Queiroz, redigida pelo então Ministro da Justiça de mesmo nome, em 1850, proibiu o tráfico de escravos, entretanto, a fiscalização necessária para efetivar essa lei estava além das capacidades da polícia da época. Com o intuito de suprir essa necessidade, foi determinado, também por Eusébio de Queiroz, que fosse iniciada a instalação de telégrafos ligando postos de observação de chegada de navios e os quartéis da polícia.

O primeiro telégrafo brasileiro foi inaugurado no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1852, ligando o Palácio de São Cristóvão e o Campo de Santana, obra do físico Guilherme Schüch de Capanema. O teste inicial desse telégrafo foi aprovado pelo imperador, o qual deu o aval para a compra de mais material da Europa e expansão das linhas de transmissão na capital.

O sucesso do telégrafo foi de suma importância para a rápida redução do tráfico negreiro na época, o que, entretanto, mostrou-se fatal para essa tecnologia. Com o fim da chegada de navios de escravos não se viu mais a necessidade do telégrafo, pois ele ainda não era reconhecido como uma ferramenta de comunicações, caindo rapidamente em desuso.

Isso mudou novamente, quando se iniciou a Guerra do Paraguai, em 1865. A notícia da invasão das tropas de Solano López na província do Mato Grosso demorou um mês e meio para chegar no Rio de Janeiro e a resposta do Governo demorou mais ainda devido à necessidade de mobilização de tropas.

Envolvido por uma guerra inesperada, o Império do Brasil foi surpreendido com o Exército despreparado a ponto de, seis meses depois de iniciada a luta, não ter conseguido tomar a ofensiva. Mato Grosso era a província mais isolada e indefesa do Brasil e tornou-se alvo fácil para a invasão paraguaia. (DORATIOTO, 2002)

Vendo a necessidade de comunicações rápidas na guerra, o Governo decidiu lançar uma linha telegráfica ligando a Corte ao *front*. Para, tanto foi convocado novamente Capanema, então diretor da Repartição Geral dos Telégrafos (RGT). A obra desenvolveu-se com uma

velocidade espantosa: em cerca de um ano os 60km de linhas telegráficas existentes no Brasil, que se concentravam no Rio de Janeiro, passaram a somar 2000km. Entretanto, essa rapidez deixou seu preço na qualidade, com fios amarrados em árvores ou se arrastando pelo chão e precisando de constantes reparos, principalmente no cruzamento de rios.

Mesmo com os diversos problemas na utilização e manutenção das linhas telegráficas, fora as dificuldades e alto custo da sua instalação, a Guerra do Paraguai mostrou ao governo imperial a grande utilidade dessa ferramenta, agora visto como um “mecanismo capaz de fazer chegar à palavra do poder em todos os pontos do território” (MACIEL, 1999, p.46). A partir desse momento, o telégrafo passou a ser uma das prioridades da Corte, não apenas no quesito militar e de defesa, mas também como instrumento de integração das unidades políticas espalhadas pelo território brasileiro.

Figura 7 – Mapa das Linhas Telegráficas do Brasil Império



Fonte: Arquivo Nacional (2019).

2.1 COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS DE CUIABÁ AO ARAGUAIA: A PRIMEIRA PARTICIPAÇÃO DE RONDON COMO OFICIAL DO EXÉRCITO

2.1.1 A Construção da Linha Telegráfica

Um dos planos estatais de expansão das linhas telegráficas no final do Brasil Império era ligar o Rio de Janeiro e Cuiabá, capital mais isolada do país. Para tanto, foi criada a “Comissão Construtora de Linhas Telegráficas”, que dividiu essa missão em trechos: Franca a Uberaba, desta até Goiás e daí para Cuiabá. O coronel Ewerton Quadros, chefe da Comissão, ficou responsável por lançar os fios até a margem direita do Araguaia, entre Goiás e Cuiabá. O trecho final ficou com o capitão Cunha Matos, que viria ao encontro de Ewerton Quadros na direção oposta.



Fonte: Arquivo Nacional (2019).

Por ocasião da Proclamação da República, em 1889, o coronel Ewerton Quadros tinha passado de Uberaba, enquanto o capitão Cunha Matos chegara a São Bento, a 42km de Cuiabá. Como boa parte do novo Governo Republicano era composta por militares, a expansão das linhas telegráficas continuou sendo prioridade, e, tendo ainda na memória a facilidade com que as tropas de Solano López invadiram a província do Mato Grosso, o esforço principal dessa expansão virou a integração das regiões mais internas do Brasil, a noroeste, logo as obras iniciadas pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas foram retomadas, agora sob o nome de Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia.

Para continuar as construções do trecho Cuiabá – Araguaia, Benjamin Constant, então Ministro da Guerra, escolheu, por indicação de Floriano Peixoto, o major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, o qual fora ajudante do coronel Ewerton Quadros na Comissão antes da Proclamação da República. Gomes Carneiro organizou rapidamente uma equipe para essa nova fase de lançamento de linhas telegráficas, porém teve problema na nomeação de um de seus ajudantes, o capitão Manuel Caetano de Faria Albuquerque, pois este era candidato a deputado e, caso eleito, sairia da Comissão. Ao saber que Cândido Mariano da Silva Rondon logo seria desligado da Escola Militar de Guerra, classificado em primeiro lugar, prontamente incluiu-o como ajudante.

Rondon foi nomeado para sua primeira Comissão de Linhas Telegráficas em 23 de dezembro de 1889 e desligado da Escola Superior de Guerra em 8 de janeiro de 1890, porém não foi imediatamente para o Mato Grosso. Por determinação de Gomes Carneiro, Rondon continuou no Rio de Janeiro para aprender mais sobre observações astronômicas e determinação de coordenadas geográficas no Observatório Nacional, partindo para a missão apenas em 6 de março de 1890, retornando assim para sua terra natal, 8 anos após ter partido para a capital.

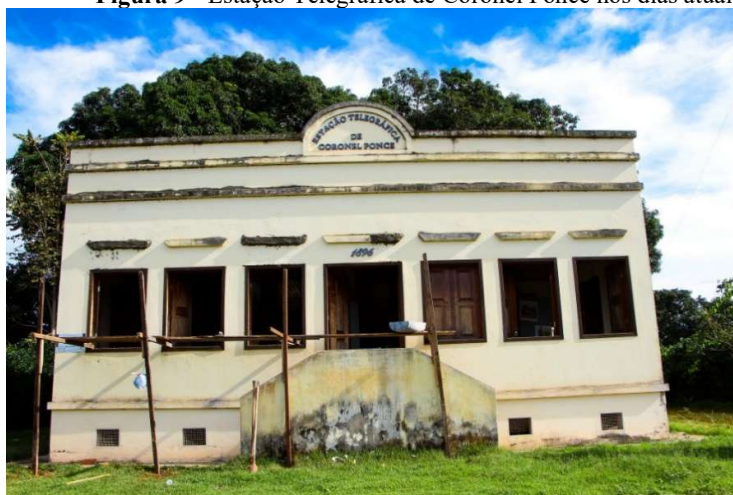
Chegando em São Bento, Rondon apresentou-se ao recém promovido Gomes Carneiro, agora tenente-coronel. Foi designado por ele para comandar a turma da retaguarda da Comissão, a qual era responsável por determinar as coordenadas geográficas de pontos importantes e fazer o levantamento topográfico da linha telegráfica, para tanto Rondon foi novamente promovido, agora a capitão.

A maior parte da linha telegráfica foi construída ao longo da estrada Anhanguera-Cuiabá-Goiás, construída pelos bandeirantes. Dos 600km dessa estrada, 583km seriam percorridos pela Comissão e, desses, 400km eram habitados pelos bororos. Embora os do Baixo São Lourenço já tivessem sido pacificados, os do Leste tiveram pouco contato prévio com gente de fora, vendo no homem branco um inimigo a ser expurgado de seu território. Este seria o primeiro contato, de muitos, entre Rondon e tribos indígenas, desde aí aprendendo a tratar os

nativos com dignidade apesar de tudo, pois fora ordem de Gomes Carneiro: “quem, dora em diante, tentar matar ou afugentar os índios de suas legítimas terras, terá de responder, por esse ato, perante a chefia desta comissão.”

Em junho de 1890, cerca de um mês e meio após iniciadas as obras, chegaram em Capim Branco, a uma distância aproximada de 126km de Cuiabá e 474km da Vila de Registro do Araguaia, destino final da Comissão. Ainda nos dias de hoje está de pé a primeira estação telegráfica levantada pelos homens de Gomes Carneiros na comunidade de Capim Branco (atualmente cidade de Campo Verde), nomeada Estação Telegráfica de Coronel Ponce.

Figura 9 - Estação Telegráfica de Coronel Ponce nos dias atuais



Fonte: Prefeitura de Campo Verde⁶

Concluída a construção da Estação Telegráfica em Capim Branco, dava-se por terminada a primeira, e mais fácil, etapa da Comissão.

Como dito anteriormente, a linha telegráfica correria ao longo da estrada Anhanguera-Cuiabá-Goiás, passando pelas localidades de Ponte de Pedra, Sangradouro e Registro do Araguaia. Esse percurso já tinha caído em desuso pelos viajantes, que a trocaram pela estrada construída pelo governo de Goiás que passava pelo povoado de Macedina por causa dos constantes incidentes com os nativos.

Para tanto, Gomes Carneiro, acompanhado por Rondon, partiu, em 30 de julho de 1890, para realizar um reconhecimento do trajeto. Sendo o coronel grande naturalista, passou a missão toda instruindo Cândido Mariano quanto à flora, fauna e geografia dos locais por onde passavam, incentivando a curiosidade desse que viria a ser o maior sertanista do Brasil.

⁶ Disponível em: < <https://site.campoverde.mt.gov.br/2015/05/sict-reforma-museu-da-historia-de-campo-verde/> >. Acesso em: 16 mar. 2023.

Já no final do reconhecimento, durante um acampamento à noite, a expedição quase teve um incidente com os indígenas, evitando-o graças a firmeza de Gomes Carneiro em não travar embates com os nativos. Ao acordarem de madrugada, com o barulho dos bororos se comunicando por meio da imitação de sons de aves, foi ordem do coronel que a coluna acordasse e continuasse sua marcha, pois não seriam atacados durante a noite. A partir daí percorreram os últimos quilômetros da estrada, chegando, por fim, em Registro do Araguaia.

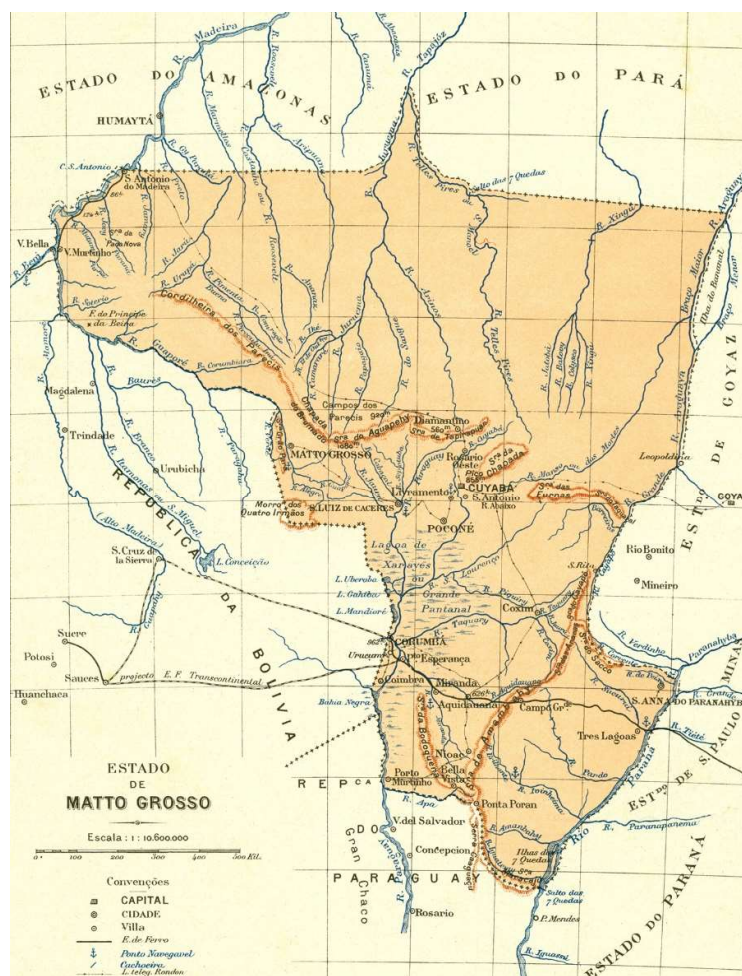
Nesse povoado foram recebidos com celebrações, há muito os moradores não recebiam notícias de Cuiabá. Porém ali não se tardaram, após descansarem e adquirirem os suprimentos necessários para o retorno, inclusive 100 cabeças de gado que seriam utilizadas para transporte do material pesado de construção, retornaram pela mesma estrada para encontrar o resto da Comissão, deixando os bois em Sangradouro Grande, no caminho para Capim Branco, para descansarem na fazenda que havia ali.

A penúltima jornada pela estrada Anhanguera-Cuiabá-Goiás, de construção da linha telegráfica, se mostrou mais árdua e muito mais lenta que as duas anteriores. Além de doenças que acometeram vários militares no começo da missão, fazendo com que Rondon acumulasse várias funções para suprir a falta de oficiais, eram avançados poucos quilômetros por dia, devido ao peso carregado e aos trabalhos realizados, o que acarretou em um obstáculo com o qual Cândido Mariano ainda teria que lidar em várias Comissões ao longo de sua carreira: a escassez de suprimentos. Tanto alimentos quanto vestimentas faltavam, não era incomum trabalharem descalços por não tem mais sapatos, comida era o maior problema, o qual era contornado por meio da caça e coleta na natureza. A situação melhorou quando chegaram em Sangradouro Grande, onde conseguiram mais suprimentos e passaram a utilizar os bois que ali tinham ficado, a partir daí carne não era mais problema.

A construção da linha telegráfica chegou ao Araguaia sem mais problemas. Embora a comissão que vinha na direção oposta, vinda de Uberaba, não tivesse chegado ainda, Gomes Carneiro decidiu inaugurar as estações telegráficas construídas até então mesmo assim, para poder homenagear Floriano Peixoto no dia de seu aniversário, em 30 de abril de 1891. Daí o coronel partiu para o Rio de Janeiro enquanto Rondon ficou encarregado de retornar com o resto da Comissão para Cuiabá, onde chegaram em maio.

A Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, em 13 meses de trabalho, levantou 514km de fios.

Figura 10 – Mapa do Estado de Mato Grosso de 1923



Fonte: Atlas F. Briguiet & Cia, 1923

2.1.2 A Manutenção e Renovação da Linha Telegráfica

Após chegar em Cuiabá e passar o comando das tropas da Comissão para o comandante do Distrito, Rondon retornou ao Rio de Janeiro. Chegando na Capital, em 1º de julho de 1891, logo foi se apresentar ao Ministro da Guerra e, em seguida, assumiu o cargo de professor na Escola Militar da Praia Vermelha. Não permaneceu, entretanto, muito tempo nessa função.

Gomes Carneiro tinha priorizado estabelecer comunicação entre o Rio de Janeiro e Cuiabá o mais rápido possível durante a Comissão anterior. Para tanto, foi utilizado fio de cobre 2,5mm entre Cuiabá e Registro do Araguaia, por se tratar de um material mais leve e de mais fácil instalação. Entretanto, essa velocidade teve seu preço em qualidade: as linhas construídas não eram resistentes às intempéries do tempo da região, precisando de constantes reparos, por isso o coronel tomou a decisão de reconstruir a linha telegráfica, dessa vez com fio de ferro

galvanizado 5mm. Para tanto, requisitou que Rondon fosse nomeado chefe do Distrito Telegráfico.

Assim, Rondon partiu do Rio de Janeiro em 6 de março de 1892, acompanhado dessa vez pela sua esposa, Francisca Xavier, chegando em Cuiabá apenas em junho, após conturbada viagem. Entre os anos de 1892 e 1893, focou seus esforços apenas na constante manutenção da linha telegráfica.

Em 1893 iniciou-se a Revolução Federalista, trazendo à tona a necessidade de uma estrada estratégica entre Goiás e Cuiabá. Assim Rondon acumulou as funções de chefe da construção da estrada e de chefe da renovação da linha telegráfica. Apesar de muitos empecilhos e problemas de insubordinação e motins na tropa, as obras continuaram intensamente até serem concluídas, em 1898. Logo após, Cândido Mariano retornou ao Rio de Janeiro.

2.2 COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO: RONDON EM SEU PRIMEIRO COMANDO À FRENTE DAS LINHAS TELEGRÁFICAS

Durante o período em que Rondon esteve encarregado da linha telegráfica Cuiabá-Araguaia, o Governo Federal havia iniciado o projeto de construção de outra linha ligando Cuiabá às fronteiras com a Bolívia e Paraguai. Foram realizadas duas campanhas, uma sob o comando do General Cardoso Aguiar, em 1892, e outra sob o comando do Major Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, em 1893, ambas mal sucedidas, com apenas uma estação telegráfica construída na comissão chefiada pelo Major Bento Ribeiro, a Estação Telegráfica de São Lourenço, somando apenas 124km de fios lançados. Depois desses dois insucessos esse projeto foi deixado de lado.

Em 1899, enquanto Rondon estava servindo como auxiliar técnico da Intendência-Geral da Guerra, o tema de uma linha telegráfica ligando o Rio de Janeiro às fronteiras do Paraguai e Bolívia, passando por Cuiabá, voltou à tona. Era essa obra de demasiada importância para não ser realizada, tendo em vista que respondia a uma questão de soberania nacional, pois desde a Guerra do Paraguai, quando as tropas de Solano López rapidamente dominaram as guarnições do Forte de Coimbra e Corumbá, tornou-se nítida o vácuo de poder estatal na região.

Para contornar essa situação, o plano era tornar o Mato Grosso defensável e mais habitável, para tanto era necessário um conjunto de malhas telegráficas, férreas e rodoviárias que viabilizassem o povoamento e civilização do sertão mato-grossense, já que, até então, o

acesso à parte mais ocidental do estado era feito por via marítima e fluvial, saindo do Rio de Janeiro, passando por Buenos Aires e subindo a Bacia do Prata.

As fronteiras daquele grande Estado tornavam-se aptas a receber reforços e recursos, sempre que a sua defesa o exigisse, pelo sistema de viação imaginado, desempenhando o telégrafo papel proeminente, em razão da rapidez das comunicações, que podiam ser feitas por duas linhas fechando circuito em Aquidauana. O ponto de vista estratégico era plenamente satisfeito por esse conjunto de comunicações que viriam transfundir àquelas fronteiras nova vida e desvendar-lhes mais largos horizontes. Mais do que à defesa militar da Nação que a todo o Governo cumpre atender, mormente nas fronteiras, prevenindo possíveis invasões de estranhos, mesmo as que não representem manifestação de hostilidade internacional, aqueles projetos de viação e canalização elétrica vinham principalmente prover à palpitante necessidade do povoamento e civilização de nosso Brasil. (RONDON, 1949, p. 8)

Para chefiar essa missão foi escolhido o então Capitão Rondon, devido aos seus sucessos anteriores, e a pedido deste, além do contingente disponibilizado pelo Distrito Militar do Mato Grosso, também foram inicialmente enviados 50 soldados do 20º Batalhão de Infantaria, dada a alta complexidade e dificuldade de levantar a linha no trajeto determinado.

Começando em 22 de setembro de 1900, a primeira medida tomada por Rondon foi reparar a linha construída por seu antecessor, Major Bento Ribeiro. A continuação da linha iniciou-se em 3 de novembro e enfrentou grandes dificuldades, como grotões e alagadiços pelo caminho, além de fome e surtos de doenças que, em pouco tempo, levaram o ajudante de Rondon e reduziram as praças sob seu comando de 81 a 30, fora as várias deserções.

Começamos o serviço com 81 praças, que ficaram reduzidas apenas a 30 válidas, quando chegamos no Itiquira, porque o impaludismo e a deserção se encarregavam de botar fora de forma mais de um terço do pessoal. Morreram, nesse intervalo de tempo (1 de outubro de 1900 a 21 de abril de 1901) três mulheres, um oficial e três praças. Recolheram-se doentes aos seus batalhões 14 e desertaram 17. A baixa foi extraordinária. Com tão diminuto pessoal, pois diariamente apenas formavam para o serviço pouco mais de 30 praças, não pudemos marchar com a rapidez que era para desejar. (RONDON, 1949, p. 26)

Para contornar esses problemas, Rondon recorreu aos bororos da região. Desde o começo das obras, vinha mantendo amistoso contato com as tribos locais, tornando-se muito respeitado por eles, assim, quando faltou mão de obra militar, conseguiu entrar em acordo com os chefes indígenas que fossem enviados contingentes diariamente para a Comissão, os quais seriam recompensados com víveres. Cabe ressaltar o trabalho político exercido nessa ocasião por Rondon, tamanho foram seus esforços para integrar os indígenas a sua tropa, organizando “os campos com toda a ordem para que a disciplina e a moralidade re nassem entre os silvícolas e os nossos soldados, o que custou a princípio alguns dissabores” (RONDON, 1949, p. 28).

Essa parceria resultou na inauguração da Estação de Itiquira, em 21 de abril de 1901. A partir dali, em direção a Coxim, não iriam mais os bororos auxiliar a construção da linha por se tratar de território de outras tribos.

Sem ter uma estrada a qual acompanhar, como fora o caso na linha telegráfica Cuiabá – Araguaia, eram necessários frequentes reconhecimentos para definir qual seria a melhor rota a se seguir. Assim sendo, Rondon passava longos períodos afastado da Comissão, retornando periodicamente para passar novas instruções a seus subordinados, nesse ritmo continuou o avanço das construções, até chegar na Vila de Coxim de 1º de maio de 1902.

Passado um mês da chegada a Coxim, Rondon decidiu retornar ao Rio de Janeiro, por estar afastado a quase 2 anos de sua família. Deixando a Comissão a cargo de seu auxiliar, o capitão Sena Braga, que acabara de chegar ao acampamento. No período em que esteve na capital, tratou de apresentar os trabalhos feitos e planejamentos para os próximos trechos ao Ministro da Guerra, Marechal Mallet, além de se ocupar das questões financeiras da Comissão.

Retornando ao Mato Grosso, Rondon chegou em Corumbá em 21 de fevereiro de 1903, dessa vez com sua família, e logo reassumi a chefia da Comissão. Após reconhecer o percurso Corumbá – Coimbra, partiu para Aquidauana, onde se juntou ao resto da tropa no esforço final para a finalização do trecho em que estavam, inaugurando, em 1º de agosto, duas estações telegráficas, a de Aquidauana e a de Campo Formoso.

Entre os anos de 1903 e 1905 as obras de construção de linhas telegráficas continuaram ininterruptamente, em diversos trechos, abrindo, nesse período, nove novas estações telegráficas, Rio Negro, Fazenda do Firme e Corumbá em 01 de janeiro de 1904, Forte de Coimbra em 01 de janeiro de 1905, Nioaque e Margarida em 13 de maio, Miranda e Porto Murtinho em 24 de maio e, finalizando os trabalhos no sul do Mato Grosso, Bela Vista em 30 de junho.

Após concluídas as obras na parte setentrional do estado, Rondon recebeu a ordem do Ministério da Guerra de retornar à Cuiabá e iniciar um novo trecho ligando essa cidade a Cáceres. Trecho este que não foi totalmente acompanhado por Rondon, pois ele fora convocado ao Rio de Janeiro, ficando afastado por cerca de quatro meses, entretanto a Comissão não parou e, em 01 agosto de 1906, já com seu comandante de volta, inaugurou a Estação Telegráfica de Cáceres.

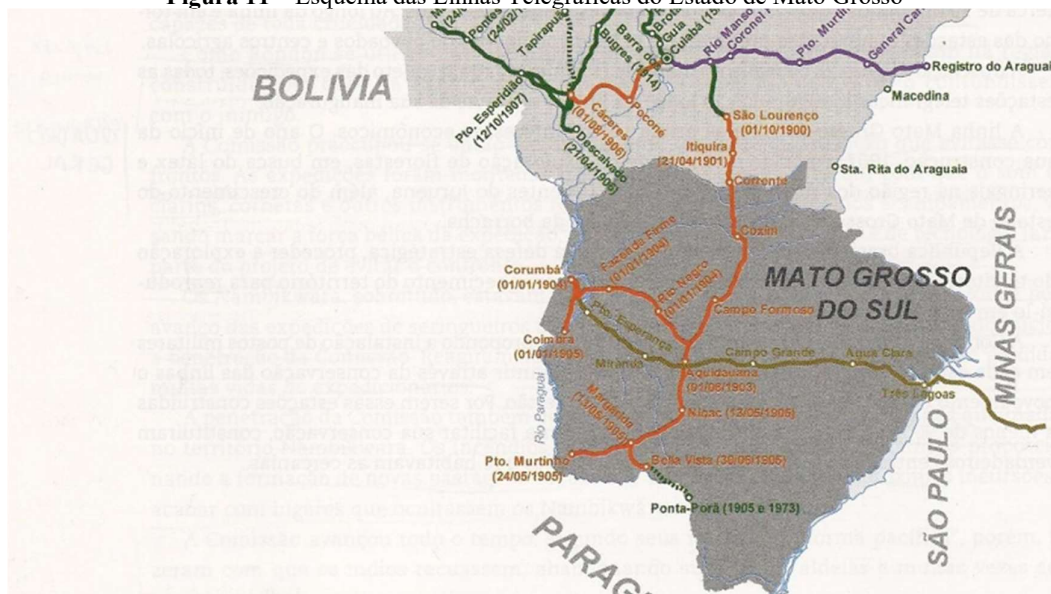
Terminada a linha Cuiabá – Cáceres, era dado por concluída a missão da Comissão de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso que, apesar das dificuldades apresentadas pelo Pantanal Mato-grossense e pela precariedade da rede de suprimento, conseguiu, em 5 anos e 10 meses, construir 1746 km de linhas telegráficas e 17 estações. Segundo Rondon, “teria o serviço

tido feito em metade do tempo se eu tivesse podido contar com os recursos necessários, inclusive ajudante. Durante 15 meses, fiz eu só todo o serviço de engenharia.” (VIVEIROS, 2010, p. 215)

Cabe ressaltar a obstinação de Rondon em construir essas linhas telegráficas que muitos consideravam inexecutáveis. Além de seus antecessores, que falharam em cumprir a missão dada pelo Governo, seus próprios homens duvidavam constantemente que conseguiriam atravessar o Pantanal com equipamento pesado e quase sem apoio logístico. Em certa ocasião um de seus ajudantes, já no trecho de Cáceres, parara a comissão por considerar impossível continuar, ao que Rondon respondeu que “Você tem esse ponto de vista; o meu é que o serviço em caso algum pode ser abandonado. Vou pois substituí-lo pelo Estillac que, aliás, já está fazendo as suas vezes” (VIVEIROS, 2010, p. 239), não por acaso escreveu Rondon em seu relatório final:

A Comissão, cumprindo a determinação do Governo, agiu com a necessária rapidez para atender à conveniência de não retardar a ligação da fronteira boliviana com a Capital Federal. [...] Estava assim resolvido o problema que a muita gente parecia inexecutável, dada a natureza física e topográfica das zonas que era necessário atravessar para chegar a Corumbá e Coimbra. (RONDON, 1949, p. 80)

Figura 11 – Esquema das Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso

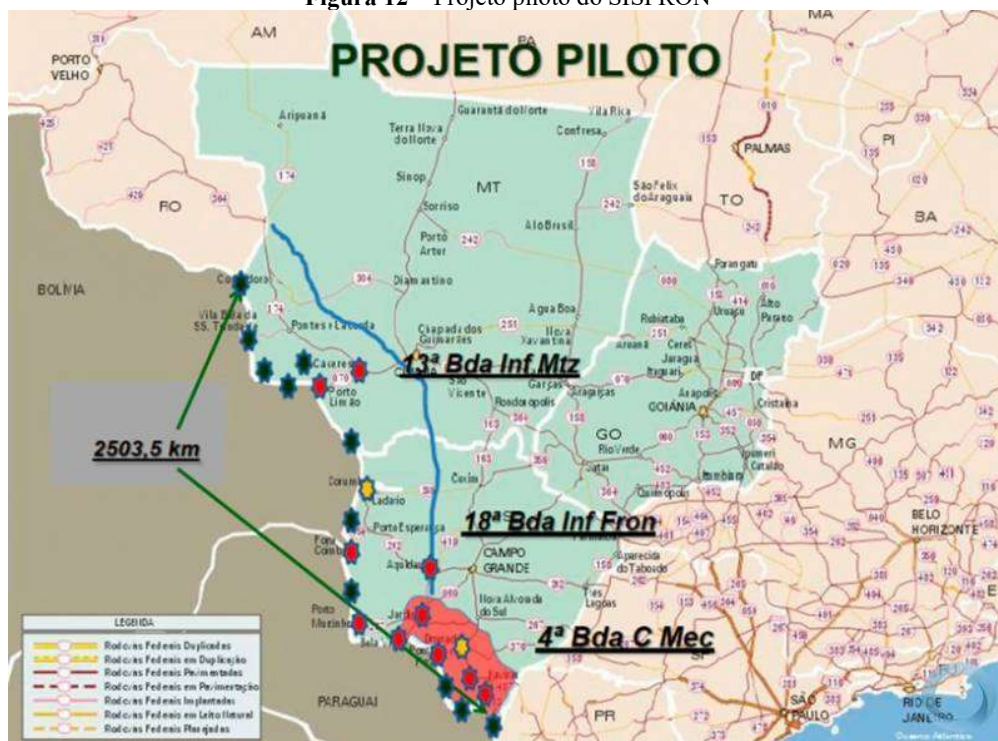


Fonte: Adaptado de LASMAR (2008, p. 28)

2.3 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

As políticas federais de controle de fronteiras não foram algo pontual do período da Primeira República, mas sim algo constante em todos os governos que seguiram, sempre sendo aprimoradas. Atualmente, o grande enfoque de esforços nacionais quanto a esse tema é o SISFRON.

Figura 12 – Projeto piloto do SISFRON



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um projeto do Exército Brasileiro que tem como objetivo o monitoramento e controle das fronteiras do Brasil (SANTANA et al., 2016). O projeto foi criado em 2012 e desde então vem sendo desenvolvido e aprimorado.

A implementação do SISFRON é uma resposta do governo brasileiro às ameaças que as fronteiras do país enfrentam, como o tráfico de drogas, armas e pessoas, o contrabando e o descaminho, além do terrorismo e outras formas de crime organizado.

O SISFRON é composto por uma série de tecnologias e equipamentos de monitoramento, incluindo radares, câmeras, drones e sistemas de comunicação. Esses recursos permitem o monitoramento em tempo real das fronteiras, possibilitando a identificação de atividades suspeitas e a rápida intervenção das autoridades competentes.

O sistema também conta com uma rede de informação e inteligência, que permite a integração de dados e a troca de informações entre as agências de segurança, como a Polícia Federal, a Receita Federal e as Forças Armadas. Isso possibilita uma atuação coordenada e eficaz contra as ameaças que as fronteiras do país enfrentam.

O projeto piloto do SISFRON foi aplicado na fronteira oeste do Brasil, atendendo os 2503,5km de fronteira dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e cobrindo a mesma área que Rondon cobriu em sua Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso.

A implementação do SISFRON ainda está em andamento, mas já apresentou resultados positivos. Em 2019, por exemplo, a operação “Ágata”, operação anual parte do Plano Estratégico de Fronteira que tem por objetivo combater o crime transfronteiriço (SANTANA et al., 2016) utilizou recursos do sistema para combater o narcotráfico na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. A operação resultou na apreensão de toneladas de drogas e na prisão de diversos suspeitos. Além disso, resultou no aumento de presença estatal na fronteira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o processo de formação das fronteiras brasileiras torna-se claro que, a partir do Tratado de Madri, em 1750, o principal princípio utilizado pelo país para delimitar suas fronteiras foi o de *Uti Possidetis*, ou seja, terras ocupadas por brasileiros pertencem ao Brasil. Esse princípio foi utilizado em diversos acordos bilaterais ou arbitrados durante o Império e a Nova República.

Entretanto esse mesmo princípio trouxe uma problemática para o Governo do Brasil, problemática esta que é uma constante na política de fronteira a partir daí: os territórios fronteiriços que não têm uma presença estatal forte tornam-se alvo fácil e atrativo para as nações vizinhas, como comprovado pelo início da Guerra do Paraguai, quando o Estado do Mato Grosso foi rapidamente ocupado pelas tropas de Solano López e o governo brasileiro foi incapaz de apresentar uma pronta resposta.

As teorias de *border* e de *heartland* sul-americano ajudam a compreender a importância dada a região em questão. A teoria de *border* explica a problemática das fronteiras para o Estado, dizendo que a presença estatal é um excelente meio de evitar conflitos internacionais e mostrando algumas políticas, desde o período imperial, tomadas pelo governo nesse viés. Já a teoria do *heartland* sul-americano descreve não a importância das fronteiras, mas sim a importância da região central da América do Sul, compreendendo o território boliviano e regiões circunvizinhas, de acordo com essa teoria, o controle dessa área proporciona uma grande vantagem estratégica-militar para o domínio do subcontinente, por se tratar da confluência das regiões formadas pelas bacias do prata e amazônica, no sentido Norte – Sul, e pela Cordilheira dos Andes, no sentido Leste – Oeste.

A seguir foi apresentada a figura pública de Cândido Mariano da Silva Rondon, falando sobre sua vida antes das Comissões de Linhas Telegráficas e descrevendo suas atividades no Estado do Mato Grosso. Dessa forma foi possível identificar alguns dos valores desse líder militar, como dedicação, empatia, senso de justiça e rusticidade, características essenciais que foram o seu diferencial quando comparado a outros militares que tentaram executar a mesma missão que ele.

Em suas três passagens em Comissões de Linhas Telegráficas no Mato Grosso, Rondon foi capaz de integrar uma região de grande importância estratégica para o Brasil e que, até então, estava isolada do resto do país, ao ponto de seu acesso, a partir do Rio de Janeiro, ser feito descendo o Atlântico até o Rio da Prata, passar por Montevidéu e Buenos Aires e, em seguida, subir os rios Paraná e Paraguai.

Ao conectar por telegrafia essa área à capital federal, Rondon diminui drasticamente a influência argentina e paraguaia na faixa de fronteira oeste brasileira. Essa influência, a partir desse momento, diminuiria cada vez mais, pois, após dados os primeiros passos na direção da integração mato-grossense por Rondon, mais políticas estatais de desenvolvimento regional foram feitas, como a da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Consoante ao histórico das fronteiras do Brasil, conclui-se que esse aumento da presença estatal no Estado do Mato Grosso a partir das campanhas de Rondon na área foi fator decisivo para a preservação territorial brasileira. Assim como o Brasil utilizou do princípio de *Uti Possidetis* anteriormente para declarar essas terras como legitimamente suas, caso fosse constatado por um dos países circunvizinhos, em destaque a Argentina e o Paraguai, um vazio de poder na região, poderia ela ter sido reclamada como sendo deles, tendo em vista que parte do território ao sul do Mato Grosso pertencera ao Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança, e a Argentina, além de ter sido formada a partir da mesma colônia espanhola que o Paraguai⁷, era na época uma potência regional rival ao Brasil.

Essa preocupação com a fronteira oeste do Brasil é algo presente na política de fronteiras nacionais até os dias atuais. Muitos dos fortes e colônias militares criadas à época do domínio português e do Império ainda hoje são guarnições militares, como são os casos do Forte de Coimbra, Corumbá e Dourados. Mas o grande protagonista no monitoramento e controle das fronteiras atualmente é o SISFRON, conjunto de tecnologias modernas que buscam atingir o mesmo motivo que as Comissões de Linhas Telegráficas nas quais Rondon tomou parte: aumentar a presença estatal nos extremos do país.

Pode ser evidenciada a importância dessa implantação para a fronteira oeste brasileira, resultando no aumento do monitoramento e controle na faixa de fronteira, no maior dinamismo e eficácia ao processo decisório dos comandantes nos diversos níveis e viabilizando a obtenção da superioridade de informações, dando vantagem estratégica ao Estado Brasileiro em relação às diversas ameaças enfrentadas na região fronteira do oeste brasileiro. (SOUZA, 2020)

⁷ Tanto Argentina quanto Paraguai, além do Uruguai, foram formados a partir do Vice-Reino do Rio da Prata.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o processo de formação das fronteiras brasileiras e como o princípio de *Uti Possidetis* foi utilizado para delimitar as fronteiras em diversas ocasiões a partir do Tratado de Madri, em 1750. Verificou-se que esse princípio também traz uma problemática para o Governo do Brasil, uma vez que os territórios fronteiriços sem uma presença estatal forte se tornam alvos fáceis e atrativos para as nações vizinhas.

As teorias de *border* e de *heartland* sul-americano foram discutidas para ajudar a compreender a importância dada à região em questão. A figura pública de Cândido Mariano da Silva Rondon foi apresentada, evidenciando sua importância na integração de uma região de grande valor estratégico para o Brasil.

Conclui-se que o aumento da presença estatal no Estado do Mato Grosso a partir das campanhas de Rondon foi fator decisivo para a preservação territorial brasileira. A preocupação com a fronteira oeste do Brasil é algo presente na política de fronteiras nacionais até os dias atuais, e o SISFRON é o grande protagonista no monitoramento e controle das fronteiras atualmente.

Em suma, o estudo ressalta a importância da presença estatal na preservação e controle das fronteiras, mostrando como a ausência dessa presença pode levar a conflitos internacionais e perda territorial. Portanto, é fundamental que o governo brasileiro mantenha um olhar atento sobre as suas fronteiras e invista em políticas que visem a integração e a preservação territorial do país.

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objeto de pesquisa apenas as Comissões de Linhas Telegráficas nas quais Rondon participou e que se passaram inteiramente no Estado do Mato Grosso, entretanto esse foi apenas o início da vida profissional de Rondon. Após integrar Cuiabá com o Rio de Janeiro e com o as fronteiras da parte sul do estado, através no Pantanal, Cândido Mariano partiu em nova comissão para ligar a fronteira noroeste do país à capital mato-grossense (a qual viria a ser conhecida como Comissão Rondon), além de realizar campanhas de inspeção de fronteiras na parte norte do Brasil. Essas missões também tiveram seu impacto na soberania nacional, em uma área que, atualmente, é de interesse mundial, a região da Floresta Amazônica.

Além disso, Rondon foi exemplo nacional de dedicação à causa indígena, sendo o criador do Serviço de Proteção ao Índio, antecessor da atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Sempre buscando respeitar as diferenças culturais, Cândido conseguiu, ao

longo de sua carreira ser muito respeitado pela maioria das tribos com que tendo contato, facilitando a integração dessas à sociedade, o que também pode ser visto como um fator de presença estatal e soberania nas regiões fronteiriças, pois a existência de povos que não são atendidos pelo Estado, ou que não se consideram brasileiros, nas faixas de fronteiras aumenta a instabilidade na área, facilitando ações ofensivas de países vizinhos ou potências globais.

Esses dois outros aspectos supracitados da vida do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que não foram objetos de pesquisa deste trabalho, também ajudam a compreender a grandiosidade e impacto dos feitos de Rondon na manutenção da soberania nacional brasileira.

5 REFERÊNCIAS

BAYLONGUE, João Roberto; JÚNIOR, Geraldo de Andrade Ribeiro. **Aspectos da História Postal de Mato Grosso**. Catálogo da Exposição Regional Campo Grande, Campo Grande, 2001. Disponível em: <http://www.abrafite.com.br/bibliotecae.htm>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1999/leicomplementar-97-9-junho-1999-377583-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 17 ago 20.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 117, de 2 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2004/leicomplementar-117-2-setembro-2004-533982-publicacaooriginal-17852-pl.html>. Acesso em 17 ago 20.

CASTILHO, Denis Castilho; GONÇALVES PACHECO, Roberto; BARBOSA BARRETO, Marcelo. **A rede telegráfica em Goiás: origem, controle e sentido territorial**. Revista franco-brasileira de geografia, [s. l.], ano 2020, n. 48, 8 dez. 2020. DOI <https://doi.org/10.4000/confins.33812>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/33812>. Acesso em: 14 mar. 2023.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FARIA, Valmir. **SICT reforma Museu da História de Campo Verde**. Campo Verde, 14 maio 2015. Disponível em: <https://site.campoverde.mt.gov.br/2015/05/sict-reforma-museu-da-historia-de-campo-verde/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FERNANDES, Saul Estevam. O princípio do uti possidetis e o sistema de resolução ruiano para as questões de limites interestaduais durante a Primeira República. **Em Perspectiva**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51660>. Acesso em: 5 maio 2023.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 235 p. ISBN 85-7139-392-3. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/z3/pdf/ghirardello-9788539302420.pdf>. Acesso em: 9 maio 2023.

LASMAR, Denise Portugal. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890- 1938**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008, p.26.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1979.

MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um Fio: Caminhos, práticas e Imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: EDUC, 1999.

MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. **Impressões da Comissão Rondon**. 4. ed. rev. Porto Alegre: Globo, 1929.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. 316 p. v. I.

MATTOS, C. M. **Geopolítica e Teoria de Fronteiras**. In: MATTOS, C. M. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: Ed. FGV: Biblioteca do Exército, 2011. v. 3, pp. 13-101.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a *border* e a *frontier***. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 14, ed. 49, pp. 77-97, 2020.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999. 220 p.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de. **A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na região amazônica brasileira**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 11 out. 2021. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/a-importancia-dos-pelotoes-especiais-de-fronteira-na-regiao-amazonica-brasileira/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **O heartland sul-americano: a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul**. Revista Oikos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51917>. Acesso em: 9 maio 2023.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906*. Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato-Grosso. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SANTANA, Bethânia Silva *et al.* SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras: a defesa nacional em rede. CADN, [s. l.], ed. XIII, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/sisfron_sistema_integrado_de_monitoramento_de_frenteiras_a_defesa_nacional_em_rede.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

SOUZA, Alexandre da Fonseca Nepomuceno de. **As capacidades geradas pela implantação do Projeto Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) na fronteira oeste brasileira**. Orientador: Marco Antonio Barbosa. 2020. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8182/1/MO%206281%20-%20NEPOMUCENO.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. *Conexões: estudos de geografia Geral e do Brasil*. São Paulo: Moderna, 2009, p. 88.

VIVEIROS, Esther Maria Terestrello da Câmara de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.